

As jornadas de junho de 2013, as divisões dentro movimento das ruas e o golpe de 2016: a trajetória da Lei 13.415/17

Ricardo Jefferson Araujo Moraes Junior

Fabio Souza Correa Lima

O presente projeto de pesquisa visa realizar uma investigação sobre o contexto social e político em que se deu o processo de implementação da Lei n.º 13.415/17. Assim sendo, essa pesquisa, realizada no campo da História da Educação, tem como objetivo geral estudar a trajetória da Lei. Especificamente, buscaremos conhecer os primeiros diálogos sobre a proposta de transformação do Ensino Médio, em 2013, as tramas políticas que, por efeito, incidiram sobre as ideias iniciais do projeto, entre os anos de 2016 e 2017. Estabelecemos um recorte cronológico que se inicia em 2013 e termina em 2017, perpassando quatro governos, a saber, Dilma e Temer. Vale ressaltar que, mesmo antes de definirmos o tema, o escopo e o recorte, as questões que nos nortearam foram: a) em que momento e em quê se pautou a justificativa da reforma do ensino médio? b) Quais são os principais argumentos utilizados pelos setores da sociedade que ainda criticam a reforma do ensino médio instituída pela Lei nº 13.415/17? c) De que forma os debates em torno da reforma do ensino médio e as críticas por parte de diversos setores da sociedade influenciaram as políticas educacionais no Brasil nos últimos anos? A relevância desse estudo, portanto, se coloca na necessidade de conhecermos como a proposta inicial de reforma foi formulada e como, a partir de tramas políticas no ano de governo Temer, ela foi alterada de maneira a atender interesses privados, neoliberais e conservadores. Para essa pesquisa, utilizaremos a metodologia de análise de legislação (FARIA FILHO, 1998), sob uma abordagem política (REMÓND, 2003) e usando a categoria de análise de Currículo (GOODSON, 1995; 1997). As leis são fundamentais para compreender o processo político-social de um determinado período: “Como fonte, os documentos favorecem uma leitura de uma longa história de aprendizados e conflitos, cujo locus reside na negociação” (SIQUEIRA; SÁ, 2013) explicitar as intenções propostas colocadas e como as decisões influenciam as idéias que norteiam as práticas escolares. De modo geral, assim como coloca Luciano Faria Filho (1998), nosso objetivo é criticar o local das imposições e dos interesses das classes dominantes, no âmbito educacional aplicado nas práticas escolares. A educação é uma das principais ferramentas para o desenvolvimento humano e social, sendo reconhecida como um direito fundamental e universal. No Brasil, a educação passou por diversas transformações ao longo dos anos, com o objetivo de oferecer um ensino de qualidade e mais adequado às demandas da sociedade. Nesse contexto, a reforma do ensino médio se destaca como uma das mudanças mais significativas da educação brasileira nas últimas décadas. Podemos observar em Análise que, a reforma do Ensino Médio no Brasil foi marcada tanto por uma pluralidade de vozes, quanto por preocupações. O contexto político e social, especialmente durante as manifestações de 2013, que é um dos focos dado para essa pesquisa, desempenhou um papel significativo na demanda por mudanças no sistema educacional. As discussões na Câmara dos Deputados refletiram um compromisso com a melhoria da educação e a busca por soluções inovadoras que atendessem às necessidades dos estudantes e da sociedade como um todo. A necessidade de reformulação do currículo do Ensino Médio era debatida de forma intensa, com ênfase na capacidade de atrair jovens e prepará-los para o mercado de trabalho. Discussões essas que envolveram a flexibilização dos currículos, o aumento da carga horária e a valorização do ensino técnico e profissional, visando preparar os

alunos para os desafios do século 21. Além disso, a participação de diversos atores, como especialistas, educadores, parlamentares e representantes da sociedade civil, contribuiu para o refinamento da proposta e a busca por soluções que promovessem a qualidade e equidade na aprendizagem. Portanto, as análises e resultados presentes na pesquisa destacam a complexidade e a importância do tema da reforma do Ensino Médio, evidenciando a necessidade de considerar as demandas da sociedade, as transformações do mercado de trabalho e as aspirações dos estudantes para a construção de um sistema educacional mais adequado e eficaz. E dentro disso, uma breve reflexão sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff, ressaltando as controvérsias, pressões e impactos desse evento na conjuntura política e social do País.

Palavras-chave: Reforma Educacional; Lei 13.415/2017; Golpe.

REFERÊNCIAS

BRASIL. PROJETO DE LEI N.º 6.840 DE 18 DE DEZ. DE 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>.

Acessado dia 29 de mar. de 2023.

BRASIL. LEI N° 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível

em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm.

Acessado em 29 de mar. de 2023.

Dermerval Saviani (2018)

FAJARDO, Vanessa. Entenda a reforma do ensino médio. 2017. **G1**. Disponível:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>.

Acessado dia 29 de mar. de 2023.

FARIA FILHO, Luciano. **A legislação escolar como fonte para a história da educação:** uma tentativa de interpretação. Belo Horizonte: Autêntica (Org).

Educação, modernidade e civilização. Belo Horizonte: Autêntica, p. 89-125, 1998.

GOODSON, IvorF.. A história social das disciplinas escolares. In: GOODSON, IvorF.. **A construção social do currículo.** Lisboa: Educa - Currículo, 1997. Cap. 1. p. 27-41.

GOODSON, IvorF.. Currículo: a invenção de uma tradição. In: GOODSON, IvorF.. **Currículo: teoria e história.** 5. ed. Petrópolis/Rj: Editora Vozes, 1995. Cap. 1. p. 16-28. (Ciências sociais da educação). Tradução de Atilio Brunetta.

LOPES, Reginaldo. Com o Future-se, Bolsonaro quer destruir o presente da educação. PT. 2019. Disponível em: <https://pt.org.br/reginaldo-lopes-com-o-future-se-bolsonaro-quer-destruir-o-presente-da-educacao/>. Acessado dia 29 de mar. de 2023.

RÉMOND, Réne. Uma história presente. In: RÉMOND, Réne (Org.). **Por uma história política.** Editora UFRJ/Fundação Getulio Vargas, 1997. pp. 13 - 36.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas, v.18, n.2[76], p.291-304, abr./jun, 2018.

SIQUEIRA, Carol. Deputado diz que reforma do ensino médio terá alcance limitado pela falta de verbas. Agência Câmara de Notícias. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/504591-deputado-diz-que-reforma-do-ensino-medio-tera-alcance-limitado-pela-falta-de-verbas>. Acessado dia 29 de mar. de 2023.

SIQUEIRA, Elizandra de; SÁ, Nicanor Palhares. A Legislação Escolar como Fonte de Investigação. In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação.** EduFMT. Cuiabá, 2013.